O GOVERNO NEOLIBERAL DE LULA: O DESMONTE DE UM SONHO

Ivo Lesbaupin
Dezembro 2004

Lula - Discurso da vitória - 28 de outubro de 2002:

> *"Ontem, o Brasil votou para mudar. A esperança venceu o medo e o eleitorado decidiu por um novo caminho para o país. Foi um belo espetáculo democrático que demos ao mundo. Um dos maiores povos do planeta resolveu, de modo pacífico e tranqüilo, traçar um rumo diferente para si. (...)*
> *A maioria da sociedade brasileira votou pela adoção de outro modelo econômico e social, capaz de assegurar a retomada do crescimento, do desenvolvimento econômico com geração de emprego e distribuição de renda. (...)*
> *Não há solução milagrosa para tamanha dívida social, agravada no último período. Mas é possível e necessário começar, desde o primeiro dia* de governo. (...)"

Lula - Discurso em reunião com Ministros do PT - 24 de novembro de 2004:

> *"Eu não mexo na política econômica. Não tem volta. O caminho está tomado e ponto final. Não adianta inventar. Os resultados são positivos e estamos colhendo os frutos, que devem aparecer em 2005. É importante que todo o governo e o partido tenham unidade de ação e discurso afinado. Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso".*

A crise desencadeada pelo caso Waldomiro em fevereiro de 2004 nos levou a crer que ainda havia possibilidade de mudança da parte do governo. Abriu-se uma brecha na muralha de certezas do "núcleo duro" do governo e até a Executiva do PT ousou criticar a política econômica. No entanto, o episódio do vídeo sobre o procurador Santoro em abril ("vamos 'ferrar' o PT") fez o governo voltar atrás e continuar a fazer exatamente o que estava fazendo.

O ano de 2004 foi decisivo para mostrar que o governo Lula não tem a intenção de mudar sua política macroeconômica. Vários fatos evidenciaram isto:

- No encontro de Palocci com FHC em Comandatuba, Palocci afirmou que não se sente ofendido quando sustentam que há continuidade entre a política econômica atual e a do governo FHC: "Se é igual e é correta, vou continuar fazendo por mais dez anos". Lula, até hoje, não desdisse o seu Ministro da Fazenda. Ao contrário, a cada vez que surge alguma crítica à política econômica, Lula defende ardorosamente seu Ministro. O grave desta afirmação é que ela significa a admissão pelo governo de que enganou o povo nas eleições de 2002: tendo passado toda a campanha a denunciar a política econômica de FHC e a anunciar um projeto alternativo, Lula foi eleito por causa deste discurso e para pôr em prática esta política econômica alternativa, para gerar empregos, milhões de empregos. Ele reuniu sobre si as expectativas de mudança de 62% dos eleitores, daqueles que não suportavam mais o desemprego, a queda salarial, a piora nas condições de vida, causadas

pela política neoliberal de FHC. Se, pois, o governo admite que sempre acreditou na política econômica de FHC, que sempre achou que ela era correta, então a campanha de Lula foi uma grande mistificação, e a eleição foi um evidente estelionato eleitoral.

- Lula reafirmou em vários discursos durante o ano que "a política econômica não muda". Posição diferente daquela que apresentava no primeiro ano de governo, quando dizia que esta política era transitória, que o país era um transatlântico que só podia mudar devagar. Agora, afirma que é definitiva.

- Quando o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, começou a ser denunciado por improbidade através da mídia, a reação do governo foi rápida: "blindaram-no", dando-lhe, através de medida provisória, status de Ministro, para só poder ser julgado pelo STF. Tal como Berlusconi na Itália, cada vez que a justiça chega perto, o governo cria uma nova lei para protegê-lo da justiça. Numa democracia, os poderes são independentes exatamente para um poder controlar o outro. No governo Lula, aprofundando uma característica dos anos FHC, há uma hipertrofia do Executivo, com subordinação do Legislativo e do Judiciário. A medida foi aprovada pela Câmara e, recentemente, pelo Senado. Reação do senador Jefferson Peres: "não há mais nenhuma ética". A antiga postura ética do PT foi abandonada.

- Em maio, em discurso para metalúrgicos do ABC, que reclamavam do não reajuste da tabela do Imposto de Renda, Lula disse que eles eram "privilegiados" (observe-se que, em quase dois anos de governo, Lula nunca disse que os banqueiros eram privilegiados).

(A posição em relação à cobrança do Imposto de Renda reflete a opção do governo: entre começar a taxar grandes fortunas e continuar a cobrar dos trabalhadores - pelo não-reajuste da tabela -, o governo opta pela segunda alternativa. Foi esta a posição do Palocci em reunião com representantes de centrais sindicais: ele disse que, se houvesse reajuste, o governo "perderia arrecadação").

- O Diretório Nacional do PT, em reunião de abril de 2004, decidiu por dois terços de seus membros (43 membros) que a política econômica do governo está correta (apenas 23 votaram contra). Em novembro de 2004, o Diretório Nacional, por maioria de 34 membros, confirmou o apoio à política econômica (apenas 22 votaram contra). O presidente do PT, Genoíno, disse que ela é *a única possível*, não há outra. (Como lembrou Zygmunt Bauman, o mantra dos neoliberais é este: "não há alternativa").

- Depois de um mês de dúvidas, reuniões e hesitações, em abril de 2004 Lula decidiu pelo salário-mínimo de R$ 260,00, apenas 20 reais acima do anterior, um aumento pífio (vale a pena ler o estudo que Marcio Pochmann escreveu, em abril, para mostrar que um aumento para R$ 300,00 seria perfeitamente viável - e melhor para o Brasil). Esta proposta de reajuste, no segundo ano do governo, significa que não é prioridade um aumento sustentado do salário-mínimo e, por conseqüência, do conjunto dos salários dos trabalhadores. Faz parte da história do PT a defesa de um salário mínimo decente, capaz de dar conta das necessidades do trabalhador e de sua família. O referencial mais importante

era o valor estabelecido pelo DIEESE, pelo menos quatro vezes maior que este. Este fato revela apenas que o PT no governo abandonou seu compromisso com os trabalhadores e com a recuperação de sua dignidade. Sabe-se que o valor real do salário-mínimo hoje não ultrapassa 30% do que ele valia em 1940, quando foi instituído. As justificativas para um aumento tão pequeno foram as mesmas dada por Fernando Henrique Cardoso: não temos recursos para pagar mais; e um aumento maior quebraria a Previdência.

- José Dirceu propôs, em junho, a desvinculação do salário-mínimo da Previdência. Alguns dias depois, Lula encampou a proposta. Antes de chegar ao governo federal, o PT sempre denunciou que uma tal medida prejudicaria os beneficiários pobres do país.

- Em novembro de 2003, em carta ao FMI, o governo se comprometeu a estudar a desvinculação das verbas constitucionais destinadas à Saúde e à Educação. Meses antes, o governo tinha proposto utilizar uma parte das verbas da Saúde para o Saneamento: o desvio só foi barrado graças à reação do movimento em defesa da saúde.

- Nos últimos meses o governo tem feito fortes pressões sobre o Congresso para que ele aprove o projeto das Parcerias Público-Privado (PPP), supostamente a única possibilidade de haver investimento em infra-estrutura, dada a alegada falta de recursos. Ora, como o INESC publicamente denunciou (e a economista Ceci Juruá confirmou), o PPP nada é mais do que a velha privatização dos serviços públicos sob nome fictício. Com um agravante: contém cláusulas que permitem ao Estado cobrir, com recursos públicos, eventuais perdas das empresas privadas que assumirem os serviços (com prazos de até 45 anos!). A justificativa do projeto é que o Estado não tem recursos suficientes: no entanto, pelo projeto original, o Estado vai despender mais. A diferença é que, em vez de usar estes recursos públicos para oferecer bons serviços à população, o governo vai transferir recursos públicos para empresas privadas.

- Em junho de 2003, o presidente assinou medida provisória liberando o plantio de transgênicos, passando por cima da sua Ministra do Meio Ambiente e dos compromissos assumidos com os movimentos ambientalistas durante a campanha eleitoral. No final do ano, consumou a liberação vetando um artigo que responsabilizava a empresa produtora de transgênicos em caso de comprovado prejuízo à natureza (depois deste veto, se houver prejuízo, a responsabilidade é do agricultor). Depois de negociar durante vários meses em 2004, o governo assinou em setembro nova medida provisória passando por cima de suas próprias negociações e permitindo outra vez o plantio de transgênicos. A medida significa a rejeição da reivindicação dos inúmeros movimentos sociais unanimemente contrários aos transgênicos. Em troca, favorece a multinacional Monsanto e o agronegócio.

- Em agosto de 2004, apesar da pressão de vários movimentos sociais, o governo, pelo segundo ano consecutivo, permitiu a 6a. rodada de licitações para concessão de áreas para exploração de petróleo, com a participação de empresas multinacionais. Isto significa transferir o controle de reservas petrolíferas brasileiras para multinacionais. Diferentemente do que ocorreu no ano anterior (2003), neste ano o envolvimento do governo foi explícito. Na véspera, um ministro do STF expediu uma liminar proibindo a

participação de empresas estrangeiras na rodada. O governo foi rápido e, na mesma noite, conseguiu que o presidente do STF, Ministro Nelson Jobim, cassasse a liminar e permitisse a realização normal da rodada. Esta atuação evidencia o absoluto desinteresse do governo pela soberania nacional – que exigiria conservar as reservas de petróleo para o próprio país.

- Ainda não sabemos qual o conteúdo da reforma trabalhista que vem sendo preparada pelo governo. Originalmente, tinha sido deixada para 2005, para não atrapalhar as eleições municipais. Depois das eleições, o governo decidiu deixá-la para um eventual segundo mandato, para não prejudicar o projeto de reeleição de Lula. Mas o presidente já deixou escapar algumas indicações do seu conteúdo: uma delas diz respeito à multa de 40% do FGTS que o empresário deve pagar quando demite um trabalhador sem justa causa. O presidente acha que esta lei é um atraso e deveria acabar. Por esta e outras afirmações sobre a caducidade da CLT, percebe-se que esta reforma se insere na linha da famosa "flexibilização" das leis trabalhistas, proposta neoliberal contra a qual o PT sempre lutou.

- Nos últimos meses, preocupados com as avaliações negativas de sua atuação na área social - supostamente aquela em que um governo do PT seria o mais competente -, o governo vem emitindo declarações públicas para mudar esta avaliação. As declarações vão desde a necessidade de o governo ter uma "marca" para apresentar à opinião pública, até a necessidade de ter um "carro-chefe" da política social, que permita visibilizá-la. Esta postura do governo é mais uma revelação de que abandonou inteiramente suas promessas de campanha e adotou um novo ideário. Porque todos os que acompanharam a campanha do candidato Lula sabem que a "marca" de seu governo, o "carro-chefe" de sua política social seria o *emprego*. Se nem mesmo ele se lembra disso, como esperar que seu governo possa se lembrar? Mais grave que isso, depois de 22 anos de atuação do PT, é achar que é possível fazer política social desvinculada da política econômica: os petistas sabem que a principal política social de um governo do PT seria uma política econômica que promovesse o desenvolvimento com geração de emprego e distribuição de renda. O resto seria acessório. Quando o governo chama de política social as políticas compensatórias (fome zero, bolsa-família, bolsa de estudos - PRO-Uni - etc.), evidencia sua mudança de programa: do objetivo "desenvolvimento" para o objetivo "ajuste fiscal"; do objetivo "transformação da sociedade na direção da justiça social" para "submissão aos interesses do capital financeiro".

Resumindo: os projetos da agenda neoliberal estão sendo implementados - inclusive "comprando" os votos de parlamentares com emendas (prática que foi duramente denunciada pelo PT durante o governo FHC). *O que impressiona aqui não é o pouco que o governo fez, é o quanto ele já fez em pouco tempo*:

* Reforma da Previdência do Setor Público;
* Reforma Tributária;
* Liberação do plantio dos transgênicos;
* Lei das Falências;

* Projeto das PPP;

* Manutenção e aprofundamento da política econômica herdada de FHC (juros altos; superávit primário de 4,25%; foco no controle da inflação e no ajuste fiscal). Recentemente - setembro-dezembro/2004 -, o governo manteve o aumento dos juros e, mais grave, *aumentou novamente o superávit primário, para 4,5%*.

Em conseqüência, como afirmou há pouco tempo o presidente Lula, "o Estado pode fazer muito pouco". Ele deveria explicar melhor: o Estado, no seu governo, pode fazer muito pouco pelos trabalhadores, pelos aposentados, pela geração de empregos que os tiraria da pobreza e da miséria; no entanto, em menos de dois anos de governo, produziu duas reformas estruturais e está quase aprovando uma profunda mudança no Estado brasileiro (as PPP). A carga tributária foi aumentada de 36% para 38% do PIB - os contribuintes e as empresas pagam mais impostos -, não para melhorar os serviços públicos, apenas para pagar as dívidas e seus juros. Isto é, para transferir recursos da maioria da população para uma pequena elite privilegiada - como afirma Márcio Pochmann (*Atlas da Exclusão Social*, vol. 3). Tais reformas e tais medidas produziram um crescente aumento dos lucros dos banqueiros - que, a cada trimestre, superam os lucros do trimestre anterior - e uma entusiástica aprovação do FMI e do Banco Mundial. Já as conseqüências para os trabalhadores foram o crescimento do desemprego e a queda constante do rendimento médio salarial.

Quanto ao crescimento econômico dos últimos meses, tão alardeado pela imprensa governista, todos sabemos que é o chamado "vôo de galinha" - recorrente durante os anos FHC. A política econômica neoliberal de FHC não produziu crescimento econômico sustentado, mas somente um "vôo de galinha" em 2000 (4,4 % de crescimento), depois de um crescimento quase nulo em 1999 (0,79 %), logo seguido por outro crescimento pífio em 2001 (1,31 %). Ora, se a atual política macroeconômica é a continuação daquela de FHC (e considerada pelos membros do governo como uma "herança maldita"), e com exigência de superávit primário maior, só um milagre resultaria em crescimento sustentado.

Não é preciso ser especialista para deduzir isto: como vai haver crescimento (do comércio, da indústria, dos negócios) se as pessoas estão ganhando menos (baixos salários, rendimento em queda, alto nível de desemprego)? E se os poucos empregos que estão sendo gerados são empregos com remuneração inferior a 3 salários-mínimos, como revelam os institutos de pesquisa? Na proposta do PT divulgada durante a campanha eleitoral, para haver crescimento seria preciso criar um *mercado interno de massas* - isto é, as pessoas precisariam ter uma renda maior. Esta proposta foi retomada quando do lançamento do Plano Plurianual de Ação 2004-2007 (PPA), em abril de 2003. Como agora fica evidente, era pura retórica.

No entanto, é preciso notar que pode haver crescimento econômico sem benefícios para os trabalhadores: foi o que ocorreu no "milagre econômico" da ditadura militar (1968-73), baseado apenas no consumo dos mais ricos. No caso atual, com a

participação do setor exportador, do agronegócio e o consumo da elite. E, naturalmente, algumas migalhas para os pobres. É crescimento econômico: limitado, sem dúvida, arriscado, por causa da vulnerabilidade externa, mas crescimento assim mesmo. Porém, não tendo mexido nas estruturas da desigualdade social, este crescimento significa sobretudo aumento da concentração de renda. Significa crescimento sem distribuição de renda, sem justiça social – não é o crescimento que o candidato do PT prometia na campanha eleitoral. Pode até gerar alguns empregos, mas serão empregos de baixos salários. Não são os milhões de empregos que uma política de desenvolvimento econômico poderia gerar.

E o PT? Durante 22 anos, desde a sua fundação até 2002, o PT cresceu lenta mas firmemente na opinião do eleitorado porque era um partido coerente, que sempre defendia os direitos dos trabalhadores e que, de modo geral, cumpria o que prometia. Isto foi o que fez a fama de suas prefeituras, de seus parlamentares: era um partido conhecido por seu compromisso ético. Embora em minoria, embora maltratado pela grande mídia, o PT manteve as suas posições. Manteve-se na oposição à política neoliberal durante todo o período FHC, mesmo nos momentos em que esta política teve amplo apoio popular e mediático. Agora, Lula está recolhendo aquilo que semeou: em pesquisa encomendada pelo IBOPE, em março de 2004, 49% dos entrevistados apontaram o PT como um partido que não cumpre promessas! (Em pesquisa de agosto, da Sensus, apesar de uma subida de 9 pontos na aprovação do governo, o percentual dos que consideraram que não está cumprindo as promessas de campanha subiu para 55%). Em primeiro lugar, porque o desemprego cresce, ao invés de diminuir; e Lula trocou sua antiga obsessão - o emprego - por outra: o ajuste fiscal. Em muito pouco tempo, Lula está destruindo a credibilidade do Partido, conquistada a duras penas, credibilidade que foi fundamental para sua eleição à presidência.

Lula, em menos de um ano e meio, acabou com o Partido dos Trabalhadores enquanto partido de esquerda. Aquela lenta e difícil construção de 22 anos de um partido de massas e democrático, comprometido com os interesses das grandes maiorias exploradas e oprimidas, está sendo desmontada. O PT hoje é uma extensão do Lula, não tem qualquer autonomia e aprova a política econômica neoliberal sem hesitação (ver o brilhante artigo do Emir Sader sobre "O PT e o governo Lula"). Um militante comprometido com os trabalhadores não pode mais apoiar a maior parte das propostas federais deste partido hoje, sob pena de apoiar medidas contrárias a eles. Parlamentares ousados e críticos, capazes de enfrentar a mídia e a direita, este tipo de parlamentar não tem mais espaço no PT. O que o presidente do PT, José Genoíno, exigiu dos parlamentares petistas, em maio de 2004, foi "*coragem* para aprovar o mínimo de R$ 260,00 (sic)".

Para ganhar o máximo possível de prefeituras nas eleições municipais de 2004, o PT desenvolveu uma política de alianças desprovida de quaisquer critérios éticos. O único critério foi sua utilidade para aumentar o poder do PT. Houve alianças com o PFL, com o PTB, com o PSDB, até com o PP. Os grandes apoios do PT hoje vêm de figuras como Sarney, ACM, Roberto Jefferson, Maluf. Evidentemente, alianças deste tipo, com tais partidos e com tais lideranças partidárias, explicitam que o projeto do governo Lula e da

direção do PT não é mais o de mudança em favor da maioria. Ao contrário, trata-se de um projeto conservador, voltado para os interesses das elites brasileiras e do capital financeiro internacional.

O PT, hoje, a sua direção, a maioria do Diretório Nacional, aprovam esta política econômica, este projeto de governo. Os que discordam, aqueles que permanecem coerentes com o que pensavam, que não renunciaram às suas idéias e ao Programa do Partido, são estes que estão fora do lugar. Para este PT, hoje, os privilegiados são os trabalhadores, não os banqueiros. O PT hoje é outro partido, não é mais "dos trabalhadores". Seu ideário é a agenda neoliberal. Só que a maioria dos militantes não foi consultada, nem tampouco muitos de seus parlamentares, de seus prefeitos, de seus políticos. Aqui, é fundamental distinguir a direção do PT, a maioria do Diretório Nacional, a maioria de seus parlamentares federais - que estão assumidamente neoliberais - do conjunto da maioria dos militantes, de parte significativa de seus parlamentares - vereadores, deputados estaduais, parte dos deputados federais e senadores -, da grande maioria de suas prefeituras - que continuam comprometidos com o programa do Partido, com os trabalhadores, com os oprimidos.

Os dirigentes máximos do Partido sabem que o governo federal tem imensos poderes no Brasil, porque centraliza os recursos públicos e centraliza as decisões sobre os mesmos. Daí porque, como mostrou o Dr. Fábio Comparato, o Executivo tem condições de submeter o Legislativo a seus interesses e, inclusive, o Judiciário; tem, igualmente, o poder de dobrar os governadores e os prefeitos, que dependem fundamentalmente do Executivo para receber mais recursos; tem, também, o poder de dobrar a mídia – principalmente com as verbas de publicidade governamental -, como o demonstrou magistralmente o jornalista Mário Sergio Conti, no livro *Notícias do Planalto* (a respeito das relações entre o presidente Collor e a mídia). Estes dirigentes sabem também que isto lhes permite dobrar a maioria dos parlamentares federais petistas a seus interesses: alguns, é verdade, são convencidos; os que não se convencem, porém, são ameaçados de ficar "a pão e água", isto é, só com o salário oficial. É por isto que o número dos que resistem, entre os parlamentares federais, é pequeno.

O PT, que nasceu como um partido diferente dos outros, democrático, organizado de baixo para cima, com uma forte crítica aos partidos políticos tradicionais – dominados por caciques – e aos partidos de esquerda tradicionais – centralizados e autoritários - é hoje uma estrutura centralizada e autoritária: as decisões fundamentais são tomadas no "núcleo duro" do poder e repassadas à Direção Nacional, aprovadas pela maioria do Diretório Nacional (apenas 34 pessoas) e, a partir daí, impostas ao conjunto do Partido. Milhares de militantes espalhados pelo país, vereadores, deputados estaduais, prefeitos, governadores, inclusive alguns deputados federais e senadores, discordam da atual política do governo federal e da direção do Partido, mas não têm qualquer poder dentro do Partido. O PT funciona hoje tão bem quanto o PCUS de triste memória: o Secretário-Geral tudo decide. A recente reunião dos prefeitos do PT em Brasília foi uma demonstração cabal disto que acabamos de dizer: a carta final assinada por todos os

prefeitos – de apoio ao governo - foi preparada no Palácio do Planalto e imposta aos participantes, como noticiaram todos os jornais.

O governo Lula (referimo-nos ao "núcleo duro" do poder) está cometendo uma grave irresponsabilidade contra o povo brasileiro. Tendo sido eleito por sua oposição à política econômica neoliberal e por seu compromisso com a mudança, com enorme apoio popular (62% dos votos válidos), Lula jogou fora a oportunidade de interromper o desmonte da nação e de começar a reduzir a enorme desigualdade social brasileira. Ao contrário, aprofundou a reforma neoliberal, piorando seriamente as condições de vida da maioria da população brasileira. Tendo a oportunidade de promover o desenvolvimento do país, com crescimento econômico, geração de empregos e distribuição de renda, escolheu o caminho oposto: o reforço do privilegiamento do capital financeiro e a continuação do desmonte do país. Radicalizou a opção de seu antecessor por políticas sociais compensatórias, separando a política social da política econômica, focalizando o atendimento dos grupos mais miseráveis. Hoje, sua política social se resume a isto: bolsa-família, fome zero. As políticas universais e universalizantes, aquelas que poderiam efetivamente retirar a maioria das condições de pobreza e miséria, estas foram abandonadas pelo ideário do FMI e do Banco Mundial.

Quais as conseqüências do governo Lula para a esquerda, para os movimentos sociais que buscam a transformação social? Até 2002, a oposição de esquerda tinha pelo menos um forte canal partidário para se expressar: o PT. Os setores sociais descontentes, os trabalhadores, os oprimidos de toda sorte, encontravam no PT o canal pelo qual podiam fazer ouvir suas reivindicações. Havia também outro partido de esquerda significativo, o PCdoB. Hoje, a nível federal, ambos os canais foram fechados. Aposentados, trabalhadores, bancários, não têm mais um partido de esquerda de peso por onde manifestar sua oposição, sua crítica, suas denúncias. Ao contrário, são estes partidos que determinam a aplicação das políticas que são contrárias a seus interesses. (Isto não significa que muitas prefeituras e parlamentares de diferentes instâncias – municipal, estadual, federal - tenham abandonado seus antigos compromissos). O conjunto dos movimentos sociais, mas especialmente o movimento dos trabalhadores, o movimento sindical, tinha sua central combativa, a CUT. Hoje, a CUT foi cooptada pelo governo. É um braço auxiliar do governo na área sindical. Em menos de dois anos, o governo Lula conseguiu desmontar os canais de expressão da esquerda. Não é sem razão que a oposição às políticas neoliberais do governo tiveram tanta dificuldade de se articular: foi preciso praticamente recomeçar.

Antigamente, a CIA infiltrava agentes nos movimentos de esquerda para, depois de terem adquirido confiança, poder destruir aqueles movimentos. Lula foi muito mais eficaz que qualquer agente da CIA. Vai ser muito longo o processo de reconstituição de canais de esquerda no nosso país. Até porque sua credibilidade, conquistada a duras penas, foi seriamente abalada. O estrago, infelizmente, não se restringirá ao nosso país. Até a eleição, o PT e Lula construíram uma reputação que fizeram com que, em todo o mundo, se esperasse do seu governo um exemplo de que era possível fazer diferente, era possível fazer política de outra forma, era possível interromper a destruição provocada pelas opções

neoliberais, era possível produzir mais justiça, mais igualdade. A mensagem que o governo Lula está passando para todos é que "não há alternativa" - confirmando a tese neoliberal pronunciada um dia por Margaret Thatcher. Agora, convencer as pessoas que "outro mundo é possível", que há alternativas e que elas são muitas, é muito mais difícil.

Certamente, o governo não se reduz a isso. Há setores onde se está fazendo um trabalho sério e em favor da maioria da sociedade. Política externa, desenvolvimento agrário, agricultura familiar, Ministério das Cidades, Ministério da Cultura e vários outros, merecem nosso apoio e nosso aplauso. Há coisas boas neste governo. O problema é que, **no fundamental**, a direção da política é contrária aos interesses da maioria. A política macroeconômica é aquela que está gerando a alta taxa de desemprego e, portanto, aumentando a pobreza e a miséria. É ela que está transferindo os recursos públicos do país para o capital financeiro internacional e nacional. Os recursos para os setores bons são mínimos, enquanto o pagamento da dívida externa e dos juros não cessa de aumentar. Também no governo FHC nem tudo era ruim, houve coisas boas (poderíamos citar o Plano Nacional de Direitos Humanos, o enfrentamento pelo Ministério da Saúde dos laboratórios multinacionais, a questão dos genéricos e várias outras): o problema era sua direção central, que reduziu o Estado na área social, privatizou, transferiu renda dos mais pobres para os mais ricos, submeteu o país ao modelo do FMI, desmontou a nação. Esta direção fundamental está mantida - e aprofundada.

Há outro elemento que também chama a atenção nesta continuidade. Trata-se da retomada, pelo governo Lula, dos mesmos argumentos utilizados pelo governo FHC. A reforma da Previdência foi feita, disseram, para reduzir os privilégios do funcionalismo público. FHC não dizia outra coisa. Lula afirma que seria irresponsável fazer outra política econômica: Fernando Henrique dizia o mesmo. Os dirigentes do PT dizem que ela é a única possível, retomando o refrão que percorreu todo o governo FHC. O presidente-sociólogo dizia que era difícil mudar em 8 anos o que foi construído em 500. Lula afirma que o Estado pode fazer muito pouco e que 4 anos, mesmo 8, é pouco tempo. Ambos afirmam que os recursos são poucos, mas ambos promovem aumento da arrecadação tributária e elevam o pagamento dos juros e das dívidas externa e interna. Ambos acham que a carga tributária no Brasil é baixa, comparada à dos demais países. FHC e Pedro Malan passaram os últimos anos de seu governo repetindo que "agora está começando o crescimento econômico sustentado": Lula e Palocci repetem diariamente a mesma ladainha. A toda crítica ao governo, a reação de seus dirigentes é dizer que o governo está fazendo muita coisa, o que falta é "a divulgação do que está sendo feito". Fernando Henrique passou todo o seu governo repetindo isso. Como se o problema fosse de "cegueira generalizada" por parte do povo e de "falta de propaganda" por parte do governo – justo este governo (mais do que o anterior) que despende milhões de verbas públicas em propaganda e que tem, em alguns órgãos de mídia e na maioria absoluta dos jornalistas econômicos, verdadeiros propagandistas oficiais.

A semana de 17 a 24 de novembro de 2004 marca um divisor de águas no governo Lula: a demissão de Carlos Lessa, a saída de frei Betto, de Ricardo Kotscho, de Bernardo Kucinski, de Gastão Wagner (já tinham saído há mais tempo Oded Grajew e Luís Pinguelli Rosa) e o anúncio da próxima saída de Olívio Dutra indicam, de um lado, que o governo está definitivamente renunciando a mudar a política econômica e aprofundando a submissão ao capital financeiro; de outro lado, indica que pessoas muito próximas a Lula, amigos históricos, não acreditam mais na possibilidade de o governo mudar de posição. Finalmente, o próprio presidente afirmou claramente sua intenção de nada mudar, em reação à pressão de alguns ministros petistas: "Quem pensa em contestar o rumo da economia não terá espaço comigo para discutir isso".

Será possível o governo mudar, reassumir seus compromissos originais?

Este governo só mudará por pressão da sociedade. Muita pressão: de dentro e de fora, dos militantes, dos políticos, do PT, dos intelectuais, das Igrejas, das ONGs, dos movimentos sociais, do povo na rua, cobrando, denunciando, exigindo o respeito à vontade da maioria, o cumprimento das promessas de campanha, o respeito ao programa de governo que o elegeu. Comparato propõe a criação de um *contra-poder popular* para exigir o respeito à vontade da maioria (2004a; 2004b): seria preciso articular a ABONG, a Inter-Redes, outras ONGs, o MST, a CPT, outros movimentos organizados, do campo e da cidade, as entidades indígenas, a Coordenação dos Movimentos Sociais, a Central de Movimentos Populares, a CNBB, a OAB, a ABI, as Pastorais Sociais, outras Igrejas, para se manifestar a cada momento e exigir a realização do programa pelo qual este governo foi eleito: abandonar a política econômica neoliberal e iniciar um processo de desenvolvimento econômico com distribuição de renda e geração massiva de empregos.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Eli Iôla Gurgel de (2003). Governo Lula e o Estado de Bem-Estar. *Teoria e Debate,* (53): 21-25, março-abril-maio.

ARRUDA, Marcos e ARAÚJO, Pedro Quaresma de (2003). "As condicionalidades do Acordo Brasil-FMI 2002-2003: há alternativas!" GT de Políticas Macroeconômicas. REDE BRASIL sobre Instituições Multilaterais. 24 págs.

COMPARATO, Fabio Konder (2003). Entrevista à revista *Caros Amigos*, VI (72): 30-39, março.

_____ (2004a). "Reflexões desabusadas sobre o abuso do poder". *Agência Carta Maior*, 18/02.

_____ (2004b). "Organizar o contra-poder popular". *Folha de São Paulo*, 22/02.

CONTI, Mário Sergio (1999). *Notícias do Planalto: a imprensa e o governo Collor*. São Paulo, Cia. das Letras.

DAIN, Sulamis (2003). Correção de rota. *Teoria e Debate*, (53): 27-29, março-abril-maio.

DIEESE (2004). Pesquisa de Emprego e Desemprego. (www.dieese.org.br)

FIORI, José Luís (2003). "Notas para um debate democrático sobre o "Plano Plurianual 2004-2007". www.abong.org.br , junho, 4 págs.

GONÇALVES, Reinaldo (2003). "Política econômica e macro-cenários nacionais: 2003-2006". 16 págs.
GUIMARÃES, Juarez (2003). Os caminhos da transição. *Periscópio*, n. 25, maio.
IBGE (2004). Pesquisa Mensal de Emprego. (www.ibge.br)
INESC (2004). *Nota Pública: PPP – o capitalismo sem risco*. Junho/2004.
JURUÁ, Ceci (2004). "PPP – Os contratos de Parceria Público-Privada". Março/2004. Mimeo. 7 págs.
KRUGMAN, Paul (2004). "Privatização da previdência prova ser fracasso. Casos de Chile e Reino Unido mostram que medida não funciona". *New York Times*, 17/12.
LESBAUPIN, Ivo (2003). O governo Lula: balanço do primeiro ano. *Praia Vermelha, (9): 10-33.*
MARQUES, Rosa Maria e MENDES, Áquilas (2003). "O governo Lula e a contra-reforma previdenciária". III Colóquio de Economistas Políticos da América Latina. 23 págs.
MATTOSO, Jorge (1999). *O Brasil desempregado.* São Paulo, Perseu Abramo.
NUNES, Selene Peres (2003). "PPA 2004-2007: tudo pelo ajuste fiscal". INESC, Nota Técnica n. 83, setembro.
OLIVEIRA, Fabrício Augusto de (2003). "A Proposta de Reforma Tributária do Governo Lula: uma análise crítica" (versão preliminar). Mimeo, 13 págs.
OLIVEIRA, Francisco de (2003). O Ornitorrinco. In: *Crítica à razão dualista.* São Paulo, Boitempo, p. 121-150.
OLIVEIRA, Pedro Ribeiro de (2003-2004). "Análise de Conjuntura". Texto de estudo apresentado ao Conselho Permanente da CNBB. Outubro 2003; outubro 2004.
PAULA, João Antonio de (org.). *A Economia política da mudança. Os desafios e os equívocos do início do governo Lula*. Belo Horizonte, Autentica.
POCHMANN, Márcio (2003). "Desigualdade de renda e gastos sociais no Brasil: algumas evidências para o debate." Originalmente publicado em www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br**.** 13 págs.
_____ (2004). "Uma contribuição ao debate do salário-mínimo". Originalmente publicado em www.trabalhosp.prefeitura.sp.gov.br**.** Abril.12 págs.
_____ et alii (2004). *Atlas da exclusão social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil.* São Paulo, Cortez.
SADER, Emir (2004). "O PT e o Governo Lula". www.lpp-uerj.net/outrobrasil, maio/2004.
SANFIM, Clemilce (2003). Reforma da Previdência em debate. *Cadernos ADUFRJ*, n. 5, abril/2003, p. 4-8.
SICSÚ, João (2003). "Rumos e definições da política econômica brasileira: do plano A de FHC para o plano A+ de Lula". In: PAULA, op. cit., p. 87-107.
SOARES, Laura Tavares Ribeiro (2001). *Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina*. Petrópolis, Vozes/ CLACSO/ LPP.
_____ (2003a). "As marcas da ruína neoliberal sobre a reforma social". Porto Alegre, Fórum Social Mundial III, janeiro.
_____ (2003b). Entrevista à *Folha de São Paulo*, 22/06/03.
TAVARES, Maria da Conceição (2003). "A Reforma da Previdência e a taxação dos inativos". Portal do Deputado Chico Alencar (www.chicoalencar.com.br). 2 págs.
VIGNA, Edélcio (2003). "Fazenda Brasil: porteira aberta aos transgênicos". INESC, Nota Técnica n. 84, outubro.